****

**Publicado no D.O.C. São Paulo,238, Ano 66 Terça-feira**

**14 de Dezembro de 2021**

**GABINETE DO PREFEITO**

**RICARDO NUNES**

**PORTARIAS**

**PORTARIA 212, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021**

**PROCESSO SEI 6040.2021/0001678-6**

VITOR DE ALMEIDA SAMPAIO, Chefe de Gabinete do Prefeito, usando das atribuições conferidas pelo artigo 1º, inciso I,

alínea “b”, do Decreto 58.696, de 3 de abril de 2019,

RESOLVE:

Designar o senhor GUILHERME BAHIA HENRIQUES, RF 887.883.8, para, no período de 31 de dezembro de 2021 a 29 de janeiro de 2022, substituir o senhor GILMAR SOUZA DOS SANTOS, RF 838.356.1, no cargo de Subprefeito, símbolo SBP, da S**ubprefeitura Itaim Paulista**, da Secretaria Municipal das Subprefeituras, à vista de seu impedimento legal, por férias.

VITOR DE ALMEIDA SAMPAIO, Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA 213, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021**

**PROCESSO SEI 6046.2021/0008042-8**

VITOR DE ALMEIDA SAMPAIO, Chefe de Gabinete do Prefeito, usando das atribuições conferidas pelo artigo 1º, inciso I, alínea “b”, do Decreto 58.696, de 3 de abril de 2019,

RESOLVE:

Designar o senhor JOSÉ GALAN FRANCES, RF 890.857.5, para, no período de 31 de dezembro de 2021 a 14 de janeiro de 2022, substituir o senhor ABNER INACIO DA SILVA, RF 841.476.9, no cargo de Chefe de Gabinete, símbolo CHG, da Chefia de Gabinete, do Gabinete do Subprefeito, da **Subprefeitura Mooca**, da Secretaria Municipal das Subprefeituras, à vista de seu impedimento legal, por férias.

VITOR DE ALMEIDA SAMPAIO, Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA 214, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021**

**PROCESSO SEI 6060.2021/0002985-2**

VITOR DE ALMEIDA SAMPAIO, Chefe de Gabinete do Prefeito, usando das atribuições conferidas pelo artigo 1º, inciso I, alínea “b”, do Decreto 58.696, de 3 de abril de 2019,

RESOLVE:

Designar a senhora MARIA NOELIA DA SILVA, RF 889.469.8, para, no período de 03 a 17 de janeiro de 2022, substituir a senhora ELISETE APARECIDA MESQUITA, RF 508.997.2, no cargo de **Subprefeito**, símbolo SBP, da Subprefeitura Vila Prudente, da Secretaria Municipal das Subprefeituras, à vista de seu impedimento legal, por férias.

VITOR DE ALMEIDA SAMPAIO, Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA 215, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021**

**PROCESSO SEI 6034.2021/0001879-4**

VITOR DE ALMEIDA SAMPAIO, Chefe de Gabinete do Prefeito, usando das atribuições conferidas pelo artigo 1º, inciso I, alínea “b”, do Decreto 58.696, de 3 de abril de 2019,

RESOLVE:

Designar o senhor JULIO CESAR RIBEIRO DA SILVA FILHO,

RF 808.239.1, para, no período de 29 de novembro de 2021 a 13 de dezembro de 2021, substituir o senhor RENATO GALINDO JARDIM DA SILVA, RF 807.415.1, no cargo de **Subprefeito**, símbolo SBP, da Subprefeitura Cidade Ademar, da Secretaria Municipal das Subprefeituras, à vista de seu impedimento legal, por motivo de licença médica.

VITOR DE ALMEIDA SAMPAIO, Chefe de Gabinete do Prefeito

**SECRETARIAS**

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**SEI Nº8110.2021/0001036-8**

**RESOLUÇÃO - FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO**

**TECNOLOGIA E CULTURA Nº 07, DE 10 DE DEZEMBRO DE**

**2021.**

Abre Crédito Adicional de R$ 142.881,16 (Cento e Quarenta e Dois Mil e Oitocentos e Oitenta e Um Reais e Dezesseis Centavos) de acordo com a Lei nº 17.544/2020.

A Diretora da Fundação Paulistana de Educação Tecnologia e Cultura, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida no art. 14 da Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e no art. 25 do Decreto 60052, de 14 de janeiro de 2021, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades da(o) Fundação Paulistana de Educação Tecnologia e Cultura,

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 142.881,16(Cento e Quarenta e Dois Mil e Oitocentos e Oitenta e Um Reais e Dezesseis Centavos), à seguinte dotação do orçamento vigente:

CÓDIGO NOME VALOR

80.10.12.122.3024.2171 Manutenção e Operação de Sistemas de Informação e Comunicação

33909200.00 Despesas de Exercícios Anteriores 142.881,16

Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação, em igual importância, das seguintes dotações:

CÓDIGO NOME VALOR

80.10.12.122.3024.2100 Administração da Unidade

33504800.00 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas

15.844,11 33503900.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

67.931,58

80.10.12.363.3019.2881 Operação e Manutenção de Unidade da Fundação Paulistana - FPETC

33504800.00 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas

20.203,22 33503900.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

38.902,25

Artigo 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**SERVIDORES PAG. 43**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**LICENÇA MÉDICA - SERVIDOR FILIADO AO RGPS**

Concedida de acordo com o determinado na Portaria nº

226-2001/PREF.G, de 19/09/2001 e de conformidade com o estabelecido no Comunicado nº 001/DESAT-DRH/2005, publicado no

DOC de 22/01/2005.



**EDITAIS PAG. 59**

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**EXTRATO TERMO DE ADESÃO Nº19 /FPETC/ 2021**

TERMO DE ADESÃO QUE CELEBRAM A FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E CULTURA – FUNDAÇÃO PAULISTANA - E ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE VIVENDA DA CRIANÇA, TENDO POR OBJETO A CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS PARA A REALIZAÇÃO DE PROJETOS, EVENTOS E/OU ATIVIDADES DE INTERESSE PÚBLICO EM COMUM.

DO OBJETIVO

O presente edital tem como objetivo selecionar parceiras, pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, por meio da realização de apoio aos cursos de qualificação profissional oferecidos pela FUNDAÇÃO PAULISTANA.

DA VIGÊNCIA

O presente termo de parceria está contido no período de vigência do presente edital, que estipula 12 meses a partir de sua publicação, sendo, prorrogável por mais 12 meses conforme interesse da instituição pública.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Este ajuste não envolve transferência de recursos financeiros, nem contempla a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial.

DATA DA ASSINATURA: 10/12/2021.

EXTRATO TERMO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO - Nº 31/FPETC/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO n° 8110.2020/0000735-7

TERMO DE CONTRATO nº 010/FPETC/2020

ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº02/2020

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO,

TECNOLOGIA E CULTURA

CONTRATADO (a): ROSEMEIRE APARECIDA PEREIRA PRATES

OBJETO: OFICINA MODULAR DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA TEMÁTICA DE HABILIDADES E COMUNICAÇÃO

PARA O SUCESSO PROFISSIONAL E CURRÍCULO E PROCESSO

SELETIVO.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses (de 25/11/2020 a 24/11/2021).

DATA DA ASSINATURA: 08/12/2021.

EXTRATO TERMO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO - Nº29/FPETC/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO n° 8110.2020/0000733-0

TERMO DE CONTRATO nº 009/FPETC/2020

ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº02/2020

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO,

TECNOLOGIA E CULTURA

CONTRATADO (a): DANILO MARQUES MADUREIRA

OBJETO: OFICINA MODULAR DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA TEMÁTICA DE HABILIDADES E COMUNICAÇÃO

PARA O SUCESSO PROFISSIONAL E CURRÍCULO E PROCESSO

SELETIVO.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses (de 25/11/2020 a 24/11/2021).

DATA DA ASSINATURA: 08/12/2021.

**ATA DA 84ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERSETORIAL DA**

**POLÍTICA MUNICIPAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO**

**DE RUA**

REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO DE 2021, NA PLATAFORMA ONLINE GOOGLE MEETS – COM A PRESENÇA DOS MEMBROS TITULARES: Roseli (RPR), Alderon Costa (Rede Rua), Kelseny (CDHLG), Cleiton Ferreira (É de Lei), Giulia Patitucci (SMDHC), Tomás Andreeta (SMADS); MEMBROS SUPLENTES:

Lucas Amaral (RPR), Robson Mendonça (RPR), Regina Manoel

(OAF), Patricia Rizzardo (Instituto Human), Maria Luiza Burgareli (SMDHC), Maria Lisabete (SMADS); PARTICIPANTES: Fraya

Frehse, Verônica Brito, Maria Magdalena Alves, Cleiton Ferreira,

Bruna Pereira, Júlia Lima, Marcelo Romão, Márcia Izzo, Amanda da Silva Lima, Andrea Amattos, Maria Antonia, Wilherson Luiz

(DPSP), Vinicius Righi, Maria Izabel Panter, Alexandra Nigri, Celina Cassimiro, Fabiana Ribeiro Costa, Fábio Rodrigues, Giselle Muniz, Katia Amirati, Patricia Broges, Thais Cristiane Padilha, Veronica Brito Sepulveda, Lilian Mendes;

A sra. Kelseny Medeiros (CDHLG) fez um pedido de ordem antes do início da reunião para que os conselheiros pudessem fazer uma manifestação organizada previamente. Com a anuência da sra. Giulia Patitucci (SMDHC), a Sra. Regina Maria (OAF) fez a leitura de uma carta redigida pelos conselheiros do Comitê Intersecretarial da Política Municipal para População em Situação de Rua (Comitê Pop Rua) componentes de organizações da sociedade civil. A carta denuncia o sistema de acolhimento a pessoas em situação de rua por culpabilizar os conviventes, especialmente à luz do transcorrido na semana anterior com o sr. Átila Robson (Representante das Pessoas em Situação de Rua), com sua equivocada transferência de centro de acolhida (CA). A carta acusou a incompetência do projeto Autonomia em Foco e responsabilizou a SMADS dado o não funcionamento dos canais de contato disponíveis. Atentou ainda que teve-se que recorrer à Defensoria Pública e a presença física de um defensor público no CA para a resolução da transferência do sr. Átila Robson. Assim, por meio da carta, solicitou-se:

1. A ampliação do contrato e aumento de refeições no âmbito do projeto Rede Cozinha Cidadã Pop Rua;

2. O aumento de vagas de hotéis para a População em

Situação de Rua;

3. A ampliação e diversificação de políticas para moradia digna e permanente;

4. A prorrogação da renda básica municipal; 5. A prioridade da População em Situação de Rua na campanha de vacinação contra COVID19, incluindo as pessoas em situação de calçada;

6. A gratuidade do transporte público para cidadãos de 60 anos ou mais;

7. O aumento de vagas em centros de acolhida durante o período de baixas temperaturas;

8. A proibição da retirada dos bens de qualquer pessoa em situação de rua no período de baixas temperaturas;

9. A isenção de taxa de sepultamento para População em

Situação de Rua e;

10. Denunciou-se o descaso das secretarias com relação às denúncias apresentadas.

A Sra. Giulia Patitucci (SMDHC) deu início à reunião apresentando o calendário de atividades previstas para o mês de

Abril e, indicou que as reivindicações seriam levadas como encaminhamento da reunião. Explicou o retorno de encaminhamentos das reuniões anteriores: 1) ofício enviado para a secretaria de governo relativo a arquitetura hostil, no qual há um pedido de regulamentação municipal para a proibição de tais práticas ; 2) a composição do conselho gestor do CPD Pop

Rua, que deveria ser votada na presente reunião; 3) a retomada dos subcomitês e; 4) o envio do ofício para gabinete do Prefeito sobre a revisão do decreto da lei 17252/19, relativo ao serviço funerário para pessoas em situação de rua, que se encontra em tramitação; 5) o ofício sobre manutenção de bebedouros e pias, segue sem resposta das subprefeituras; 6) ofício para

SMADS pedindo relatório sobre número real e vagas e estudos sobre hotéis segue sem resposta; 7) ofício para SMADS com orientações para desligamento e transferência de pessoas em situação de rua nos centros de acolhida foi reiterado e respondido, com compromisso da SMADS para elaborar recomendação técnica na linha do que o Comitê Pop rua sugeriu, sendo este material futuramente encaminhado para as supervisões dos territórios dos CAs; 8) ofício para SMS com relação a vacinação de população em situação de calçada até 18 anos foi enviado;

9) pedido de dados sobre vacinação e COVID para SMS estava em tramitação na COVISA e; 10) ofício para SMDET referente ao prosseguimento com decreto de contratação de 2% pop rua na prefeitura foi respondido descrevendo os serviços a serem acessados pela população em situação de rua (encaminhado por e-mail para os conselheiros). Hoje será feita eleição para o conselho gestor do CPD Pop Rua.

A Sra. Giulia Patitucci (SMDHC) prosseguiu com informes com relação aos programas da CPPSR: 1) Rede Cozinha Cidadã: foram distribuídas até a data da reunião

2.738.355 marmitas em 20 pontos na cidade; 2) O plano das Baixas Temperaturas foi publicado na portaria nº 612/2021 e indicou que novas estratégias de comunicação com a população em situação de rua estão sendo pensadas e; 3) está acontecendo a reestruturação do recebimento de denúncias referentes a atuação da Zeladoria Urbana.

A Sra. Maria Luiza Franco Garcia (SMS) fez apresentação da

SMS com atualização dos dados das equipes do consultório de

rua e atualização de vacinação e óbitos. Informou a presença de 26 equipes de consultório de rua a presença de 20 pacientes com COVID no Bacelar e 30 no Pelezão. Informou que de abril 2020 a março 2021 foram confirmadas 482 pessoas em situação de rua com COVID 19 acompanhadas pelas equipes consultório na rua e redenção na rua. Houve 38 óbitos de pessoas em situação de rua, dentre esses, 8 do sexo feminino e 30 do sexo masculino, desses 21 eram idosos e os demais com idade entre 31 a 59 anos. Por região, os óbitos apresentados foram 15 óbitos na CRS Centro; 12 na CRS Sudeste; 5 na CRS Norte; 5 na CRS Oeste e 1 na CRS Leste. A Sra. Maria Luiza ainda apontou que não houve óbitos dentre as pessoas acompanhadas pelo projeto Redenção na Rua. Com relação a vacinação da População em Situação de Rua informou: desde o início em 12/02/2021, se totalizaram 2.134 idosos vacinados; e até 03 de maio de 2021, ocorreu um total de 13.853 vacinações, sendo 1ª dose: 10.121 e 2ª dose: 3.732.

A Sra. Thais Cristiane Padilha (SME) informou a busca ativa de pessoas infectadas pela Covid-19 em todos os estudantes e que o EJA estava atendendo a população em situação de rua.

O Sr. Tomás Andreetta (SMADS) iniciou a fala apresentando dados dos serviços abertos pela SMADS por conta da Pandemia e do Plano de Contingência para Situações de Baixas Temperaturas no ano de 2020:

1. A reorganização e abertura de 5 novos SEAS;

2. A abertura e expansão de serviços de Núcleos de Convivência;

3. No contexto do Plano de Contingência para Situações de

Baixas Temperaturas e enfrentamento à Pandemia foram abertas 1072 vagas de acolhimento, somando-se vagas em CEUs e as vagas para população em situação de rua com COVID19;

4. A abertura de 430 vagas em hotéis para idosos em situação de rua;

5. 477 vagas em centros de acolhida especiais para idosos e famílias;

6. A gratuidade no Bom Prato.

Apontou que, com a diminuição dos casos e reabertura no final do ano passado, alguns serviços foram desmobilizados para a retomada das aulas pela SME, assim, diminuindo o número de vagas. Com relação a manifestação dos conselheiros no início da reunião, reconheceu a importância do ponto trazido e frisou que o que houve foi uma proposta de reordenamento dos serviços em clubes para o serviços de acolhimento regulares da rede, com o argumento de que possuem melhor estrutura, assim podendo usar os serviços de clubes para pernoites no âmbito do Baixas Temperaturas. Apontou que houve conversas para alinhamento com as coordenadoras dos Centros Pop e que, por mais que a proposta seja interessante, a execução seria extremamente difícil. Assim, optou-se por manter vagas fixas 24h nos Clubes. Seguiu então com as propostas para o ano de 2021:

1. Além da manutenção de 250 vagas em clubes no ano de 2020, foram abertas 200 vagas no Clube Tietê.

2. Diante da baixa ocupação do Pelezão, propõe-se usar 60 vagas neste complexo dedicado ao acompanhamento de população em situação de rua infectada pela COVID19 para pernoite, atentando-se à separação de espaços e equipes. Assim, somando 260 novas vagas.

3. Abertura de 3 serviços novos e expansão de novos hotéis credenciados:

i. 115 vagas em novo serviço para idosos na região da Sé;

ii. 170 vagas para idosos na Mooca; e

iii. 45 vagas para mulheres trans em Santo Amaro.

4. 170 vagas em novos hotéis credenciados no âmbito do

Baixas Temperaturas até a sexta-feira seguinte;

5. Somam-se 770 vagas adicionais com previsão de começo ainda em maio.

Apontou a publicação no Diário Oficial da ordem interna da

SMADS referentes às atribuições da Secretaria no Plano de Contingência para Situações de Baixas Temperaturas. Com relação a este Plano, informou:

1. A execução de uma ata de registro de preço para compra e distribuição de até 10.000 cobertores ao mês para a população em situação de rua;

2. A elaboração de orientações com a SMS para abordagem conjunta do SEAS com as equipes de Consultório na Rua;

3. A logística de ônibus para transporte e recâmbio de população em situação de rua para serviços emergenciais, apontando o atual como maior número de ônibus que já tiveram.

Sendo os pontos de partida:

i. Santana

ii. Praça da Sé

iii. Praça Princesa Isabel

iv. Largo da Concórdia.

4. O contato para a retomada da gratuidade do Bom Prato

5. A distribuição a partir de 10/05 dos cartões para o Bom

Prato;

6. A previsão no programa de metas de abertura de 9 núcleos de convivência

a. 2 serão abertos em 2021, sendo um em Santana; e

b. Abertura de 12 CAs para reordenar os atuais que possuem mais de 200 vagas.

7. Previsão de realização de 2 censos sobre a população em situação de rua em 2021, sendo ambos na segunda metade de 2021, com foco em:

a. Crianças e adolescentes;

b. Adultos

Frisou o panorama de 1983 vagas em 2021 em comparação ao auge de 1969 vagas em 2020, reiterando que as vagas de 2021 são todas em serviços regulares. Com relação ao retorno dos ofícios, informou:

1. A presença do relatório de serviços na resposta ao ofício; e

2. A presença de 1509 vagas para idosos nos serviços ante um total de 1879 idosos em situação de rua identificados pelo

Censo população em situação de rua de 2019.

3. A previsão de abertura de 3 serviços para idosos, somando 285 vagas, atingindo-se quase o total de idosos em situação de rua identificados pelo Censo 2019.

A Sra. Giulia Patitucci (SMDHC) agradeceu a apresentação e abriu para falas.

A Sra. Roseli (RPR) iniciou sua fala denunciando a atuação da SMADS com relação à incoerência das informações apresentadas ante a realidade, de vagas inacessíveis na prática e abuso de poder por parte dos funcionários dos serviços da SMADS, particularmente CAs. Apontou que carroceiros com animais e carroças não podem acessar vagas por não ter onde acomodar seus pertences e animais de companhia. Informou que os cartões de gratuidade para Bom Prato não chegaram à região de Santo Amaro. Denunciou o atendimento indevido dos Centros Pop e apontou a necessidade de abrigo e atendimentos das equipes de Consultório de Rua durante a noite, por este ser o momento em que as pessoas em situação de rua mais sofrem violências. Apontou a inexistência de computadores nos CAs para as crianças em situação de rua poderem atender às aulas.

O Sr. Átila (RPR) corroborou com o que a sra. Roseli apresentou em sua fala e questionou o motivo pelo qual entidades que não têm práticas de trabalho com população em situação de rua poderem administrar serviços de atendimento a esta população sem haver devido treinamento, monitoramento e fiscalização. Denunciou o não apoio do Centro Pop às denúncias feitas por ele mesmo e pela sra. Roseli na semana anterior, mencionando o embate apresentado no início da reunião na carta dos conselheiros. Convidou a SMADS para reconhecer a realidade de Santo Amaro e denunciou as violências e descuidos sofridos por ele na semana anterior sob o atendimento de serviços da SMADS.

O Sr. Darcy da Silva Costa (Movimento Nacional População de Rua) apresentou reclamações que chegaram ao MNPR: A UBS do Pari não está vacinando a população em situação de rua. Relatos de serviços da SMADS onde existem camas nos equipamentos que estão vazias, não há lençol, manta ou travesseiros em muitas camas disponibilizadas. O Sr. Robson Mendonça (RPR) denunciou desligamentos durante a pandemia, o mau treinamento dos funcionários, a inexistência de estatísticas e dados reais, e o desrespeito com o Comitê Pop Rua.

O sr. Alderon Pereira (Rede Rua) agradeceu os conselheiros da sociedade civil no Comitê Pop Rua e agradeceu a presença da Thais da SME. Com relação a SMADS, pediu que o relatório com os dados seja encaminhado para os conselheiros, reconheceu avanços da SMADS e reiterou as recomendações feitas pelo próprio Comitê Pop Rua na última reunião para o plano de contingência de baixas. Sugeriu que a SMADS aproveitasse o modelo virtual para chamar as entidades com as quais trabalha para melhoria dos serviços.

O Sr. Tomás Andreetta (SMADS) explicou que a SMADS tem vagas suficientes no total para todos os idosos identificados pelo Censo 2019 e que estão acolhidos, mas ainda não cobrem todos os identificados. Lamentou e se desculpou em nome da

SMADS pelo ocorrido com o conselheiro Sr. Átila e informou que foram feitas posteriormente reuniões com todos os Centros Pop para maior cuidado com os processos de transferência. Com relação à fala do sr. Darcy, informou que apenas os caminhos oficiais de denúncia devem ser utilizados, pois só assim é possível investigar os ocorridos. Acrescentou que reclamações podem ser feitas na Ouvidoria de Direitos Humanos ou nos Centros Pop. Com relação a fala do sr. Alderon, informou que estão trabalhando no aumento de vagas de acolhimento e, com relação aos cartões de bom prato, informou que a primeira leva de 8000 cartões já foi disponibilizada e uma segunda remessa de 1000 cartões para reposição é prevista. Apontou que não há previsão de expansão da rede para CAE Convalescentes, mas se discute um protocolo de ação em conjunto com a SMS.

A Sra. Maria Luiza Franco Garcia (SMS) reiterou a oferta de serviços 24h pelo Projeto Redenção e a alta precisão e qualidade dos dados apresentados. A Sra. Fabiana (SMS) acrescentou que há grande precisão no fluxo de informação com os CAs de isolamento e a qualidade dos dados produzidos, em especial com as cenas de uso de drogas.

O Sr. Cleiton Ferreira (É de Lei) abriu o bloco denunciando a insuficiência e desassistência das condições de trabalho da equipe de Consultório de Rua que atua na Luz. Com relação aos dados da SMADS, reconheceu que há crescimento na quantidade de vagas, mas chamou atenção para a população trans, que necessita urgentemente de maior assistência. Perguntou a SMADS qual a posição da Secretaria frente a crescente população desassistida na pandemia, muitos que perderam suas casas e estão entrando em situação de rua. Inquiriu a SMADS especificamente com relação ao atendimento às famílias que estão sendo removidas durante a pandemia, especialmente agora no período de baixas temperaturas.

O Sr. Lucas de Almeida Alves (RPR) questionou a SMS com relação a continuidade da atuação do consultório de rua em Santana. Apresentou à SMADS sua preocupação com o acolhimento no Clube Tietê e Pelezão por conta da concentração dos serviços na região central durante as Baixas Temperaturas.

Apontou que usuários de regiões distantes não conseguirão acessar estes equipamentos. Requisitou maiores informações sobre núcleos de serviço para população em situação de rua na Zona Norte que não sejam CA e pediu posicionamento da prefeitura frente aos idosos em situação de rua que estão morrendo nos serviços de saúde por não ter vagas para convalescentes.

A Sra. Julia Lima pontuou a presença de menos de 50% do governo na reunião. Pediu que seja feita reunião no âmbito do subcomitê de Saúde para que as pautas da reunião não sejam travadas. Perguntou à SMS quais seriam os participantes e as áreas técnicas que participam da câmara mencionada pela Sra. Maria Luiza (SMS). Informou a existência de apenas 2 CAE para convalescentes e que estes não dão conta da demanda, sendo que pessoas em alta hospitalar permanecem no hospital e acabam contraindo COVID19 na espera - citando uma reportagem do G1. Questionou a destinação das pessoas em situação de rua na rede hoteleira da SMADS após o fim da pandemia. Com relação ao Plano para Baixas Temperaturas, pediu que haja maior transparência com relação às vagas disponibilizadas, sendo listado: (1) o serviço, (2) número de vagas e (3) perfil de atendimento das vagas emergenciais que foram abertas, para que se possa comparar 2020 com 2021. Fez coro à fala do Sr.

Robson pela necessidade de CAE emergencial para famílias em situação de rua. Sobre o Pelezão, questionou a real possibilidade de atender pacientes de COVID e com o acolhimento padrão no mesmo espaço visto o risco de transmissão cruzada. Pediu que a SMADS indicasse os CAs que não aderiram a vagas 24h.

Atentou para a importância de se debater no presente comitê o concurso público para funcionários da SMADS para a tarefa de fiscalização dos serviços. Informa que o gabinete do vereador

Suplicy envia muitos ofícios para SMADS e não tem retorno, atentando para que as denúncias sejam, de fato, feitas e não respondidas.

O Sr. Tomás Andreetta (SMADS) esclareceu os serviços de acolhimento que foram abertos no contexto do Baixas Temperaturas e pandemia do ano passado e que continuam abertos:

250 vagas em Clubes:

a. 130 para homens cisgênero na Mooca

b. 60 para homens cisgênero em Santo Amaro

c. 30 para mulheres cisgênero e trans em Santana

d. 30 para homens cisgênero na Sé

2. Para pacientes em situação de rua com COVID19:

a. 100 vagas no Pelezão

b. 50 vagas no Bacelar

3. 430 vagas para idosos nos hotéis

4. 467 vagas em CAEs:

a. 207 para idosos

b. 260 para famílias

5. O Clube Tietê tinha sido aberto, foi fechado, mas reabriu

- o que o Sr. Tomás considerou como continuidade de serviços, somando mais 200 vagas para adultos.

Com relação ao horário dos ônibus para transporte nas noites de baixas temperaturas, informou os horários de saída:

1. Pátio do Colégio - Clube Tietê : 16h30 e 18h

2. Metrô Tietê - Clube Tietê : 18h

3. Praça Princesa Isabel - Clube Tietê : 18h

4. Praça da Sé - Pelezão : 16h

Com relação a fala do Lucas, referente a distância destes centros de acolhida dos territórios de origem das pessoas, informou a existência de ônibus em todos os centros para o recâmbio dos usuários para o território original no dia seguinte.

Informou que a proposta de reordenamento de idosos atualmente em CA para adultos para hotéis prioriza quem já passou por atendimentos sociais prévios, focando no atendimento aos mais vulneráveis. Com relação às pessoas em situação de

rua transsexuais, 30 vagas já existiam e 45 serão abertas em

Santo Amaro, além de 30 vagas atualmente prospectadas para homens trans em Santana. Em resposta ao Marcos no chat, informou que a SMADS tem aproximadamente 1500 parcerias, avaliadas por funcionários concursados. Com relação a não distribuição de cartão Bom Prato nos CAs, informou que ante o oferecimento de 3 refeições diárias nos CAs, não haveria necessidade de contemplar a população em situação de rua acolhida com estes cartões. Reiterou que o Núcleo de Santana está buscando um imóvel para a implantação do Centro Pop.

Sobre o fluxo de convalescentes, informou que o fluxo após o recebimento de alta hospitalar é um dos pontos centrais da câmara técnica criada com a SMS para identificar com precisão o público alvo, visando a criação de uma portaria intersecretarial.

Com relação a destinação da população em situação de

rua acolhida em hotéis após o fim da pandemia, informou a aprovação via COMAS da tipificação dos hotéis sem vínculo a pandemia, ou seja, o serviço pode ser continuado após o fim da crise sanitária - inclui o CAE com 207 vagas para idosos e o CAE com 260 vagas para famílias. Informou a previsão de abertura de serviço para atendimento de famílias em Santo Amaro com banheiros individualizados, mas ainda é inconcreto.

Sobre o Pelezão, pontuou que a SMADS entende que a segregação dos espaços diminua drasticamente a chance de contágio, especialmente ante a diminuição de casos de COVID 19 entre a população em situação de rua. A Sra. Márcia Izzo reiterou a sua pergunta pedindo clareza na estratégia da SMADS de reposição dos cardápios do bom prato. O Sr. Tomás Andreetta (SMADS) esclareceu que haviam 8000 cartões inicialmente e que existem menos de 2000 atualmente em funcionamento. A proposta é que sejam distribuídos em levas pelos SEAS atuantes com o Bom Prato para as pessoas não acolhidas e identificando através do SISRUA a demanda de cartões, com atualizações mensais. A Sra. Gisele perguntou sobre sistematização de denúncias e informou que não há, pois a única sistematização possível é na ouvidoria geral do município. Pontuou que as falas feitas no âmbito do Comitê Pop Rua são levadas em conta, mas as registradas oficialmente são apenas pela ouvidoria.

A Sra. Giulia Patitucci (SMDHC) agradeceu a discussão e perguntou se a votação para o conselho gestor do CPD deveria ocorrer na presente reunião. Após a conferência da participação da Sociedade Civil, decidiu adiar a votação do conselho gestor do CPD Pop Rua.

Encaminhamentos:

1. Envio da carta elaborada pelos conselheiros e da ata da reunião para Secretarias mencionadas

2. Atualização sobre ofício para a sehab sobre aplicação da locação social “pode entrar”.

3. Atualização sobre ofício sobre a colocação de pedras sobre viadutos para investigação das subprefeituras.

4. Incluir dados falados e apresentados pelas Secretarias nas atas das reuniões.

5. Encaminhamento dos dados apresentados pela SMADS por email para o Comitê Pop Rua

**ATA DA 83ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

REALIZADA NO DIA 07 DE ABRIL DE 2021, NA PLATAFORMA ONLINE GOOGLE MEETS – COM A PRESENÇA DOS CONSELHEIROS TITULARES: Roseli (RPR), Kelseny (CLGDH), Giulia Patitucci (SMDHC), Rodrigo Medeiros (SMT), Edilene (SMT), SIlvana (SMS); CONSELHEIROS SUPLENTES: Robson Mendonça (RPR), Patrícia Rizzardo (Instituto Human), Girlandia Santana (ReciClázaro), Marcelo Romão (IBECEI), Darcy Costa (MNPSR), Maria Lisabete Santiago (SMADS), Fabiana da Silva Pires (SMS); Maria Luiza Burgareli (SMDHC). PARTICIPANTES:

Julia Barbosa Lima, Rosiene Silverio, Ieda Carvalho, Isabela Vieira, Letícia Waldman, Marcos Romano, Maria Gabriela Soares, Maria Magdalena Alves, Martim Ferraz, Renata Fortunato, Zawadi Marianna, Marina Ambrosio, Cleiton Ferreira.

A Sra. Giulia (SMDHC) deu início à reunião apresentando o calendário de atividades previstas para o mês de Abril e, então, abrindo a primeira pauta da reunião relativa à atualização das ações de combate a Covid 19 entre a população em situação de rua. Antes, apresentou atualizações com relação ao pedido de dados sobre a Ação Vidas no Centro, informando os novos pontos de banheiros e sanitários, assim como a transferência da ação da SMTUR para SMDET. O Sr. Darcy Costa (MNPR) pontuou a necessidade de melhor manutenção nos pontos de água, para que não se agrave a atual situação de contaminação, ao que a Sra. Giulia (SMDHC) esclareceu que a cobrança deve ser feita diretamente com a Subprefeitura da Sé.

A Sra. Maria Lisabete Santiago (SMADS) iniciou as atualizações da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social apresentando informações relativas ao aumento de vagas rede hoteleira, reabertura de leitos para Covid, criação de duas novas Repúblicas em Subprefeituras da Zona Leste e, por fim, informações relativas a vacinação de pessoas em situação de rua. O Sr. Marcos Souza (CAPS AD Guaianases) apontou a necessidade de Centros de Acolhimento em Guaianases, ao que a Sra. Maria Lisabete Santiago (SMADS) respondeu confirmando a abertura de uma unidade na região. O Sr. Darcy Costa (MNPR) questionou se organizações sociais que desenvolvem trabalho com população em situação de rua e não estão diretamente conveniadas com a prefeitura teriam previsão para receber vacinação contra a Covid 19, ao que a Sra. Giulia (SMDHC) pontuou que não.

A Sra. Silvana Kamehama (SMS) apresentou os dados da

Saúde referentes a vacinação e óbitos por COVID 19 e apontou que ainda são os mesmos de fevereiro, por estarem terminando de consolidar os dados referentes a março.

A Sra. Giulia (SMDHC) apresentou os informes da secretaria, iniciando com o projeto Cozinha Cidadã Pop Rua; introduzindo o novo Cozinha Cidadã Comunidades; apresentando o projeto Cidade Solidária; e reiterando a abertura do edital Sampa + Solidária. Pontuou que apenas o primeiro projeto é coordenado pela Coordenação de Políticas para População em situação de rua e os demais estão em outras coordenações da SMDHC. Informou também que a cartilha de direitos da população em situação de rua está sendo encaminhada para impressão e que em breve se dará início ao Baixas Temperaturas 2021. O Sr. Rodrigo (SMDET) informou o comitê sobre quatro programas POT com vagas exclusivas para população em situação de rua.

O Sr. Darcy (MNPR) pediu informações sobre a quantidade de vagas abertas durante o programa Baixas Temperaturas, assim como informações sobre como acessá-las. Completou pedindo que pertences pessoais, em especial cobertores, não fossem retirados pela zeladoria urbana das pessoas em situação de rua. A Sra. Júlia Lima demandou informes referentes aos encaminhamentos da reunião anterior. O Sr. Cleiton Ferreira criticou a situação da região da Luz referente a precariedade da assistência às pessoas em situação de rua e exigiu informações sobre como acessar os serviços. Também questionou o motivo pelo qual profissionais de organizações que trabalham com população em situação de rua não vinculados ao governo não serem contemplados na vacinação. A Sra. Kelseny Medeiros

(CDHLG) pediu à SMADS a liberação dos estudos sobre expansão dos hotéis e perguntou a SMS se os dados de vacinação incluíam população em situação de calçada.

A Sra. Giulia (SMDHC) iniciou a rodada de respostas informando que não houve prosseguimento com alguns encaminhamentos feitos na reunião anterior por conta da grande reestruturação e equipe no último mês e esclarecendo o que

foi levado a frente.

A Sra. Maria Lisabete (SMADS) informou sobre a logística de abertura e fechamento de vagas de acolhimento nos

Centros Esportivos “Pelezão” e “Bacelar”. Informou sobre a implantação de novas Repúblicas em novas regiões da cidade, sobre a real quantidade de vagas nos CTAs. A Sra. Júlia Lima questionou a inexistência de vagas fixas durante a pandemia para a população em situação de rua. A Sra. Maria Lisabete (SMADS) prosseguiu discorrendo sobre as dificuldades da logística de transferência e desligamento de pessoas em situação de rua dos CTAS e reiterou o caráter temporário da política.

Com relação a dificuldade de manejo das vagas, informou a criação de uma Central Única de Vagas já em desenvolvimento e funcionando para o acolhimento de crianças e adolescentes.

A Sra. Silvana Kamehama (SMS) complementou a fala da SMADS sobre a logística de abertura e fechamento de vagas de acolhimento nos Centros Esportivos “Pelezão” e “Bacelar”.

Informou que no momento apenas pessoas em situação de rua nos CTAs e maiores de 18 anos estão aptas à vacinação.

Pessoas em situação de calçada não estão contempladas. A Sra. Giulia (SMDHC) reiterou a importância de estender a vacinação às pessoas em situação de calçada. A Sra. Silvana Kamehama (SMS) prosseguiu explicando que os dados atualizados referentes a vacinação poderão ser posteriormente encaminhados ao

Comitê Pop Rua e esclareceu que dada a insuficiência na quantidade de vacinas, no momento ainda não é possível vacinar profissionais de assistência à população em situação de rua não vinculados a serviços da Prefeitura Municipal.

A Sra. Edilene Magalhães (SMDET) esclareceu que o decreto nº 59.252 está em vias de implementação. O Sr. Lucas Almeida (RPR) apontou enorme preocupação com a Zona Norte de São Paulo, em especial Brasilândia, Santana e Vila Maria, por conta da inexistência de centros de convivência para população em situação de rua. Questionou também SMADS e SMDHC com relação à organização do fluxo de leitos baixos para atender pessoas em situação de rua após serem atendidas por serviços de saúde, alegando a inexistência de garantia de leitos baixos.

O Sr. Alderon (Rede Rua) iniciou sua fala homenageando o dia da saúde (07/04/2021) no qual se deu a reunião, dando destaque para a política da SMS dos Consultórios de Rua. Inquiriu com relação a quantidade de pessoas vacinadas nos CTAs, pediu que a SMADS esclareça a quantidade real de vagas nos CTAs e reiterou a obscuridade com relação ao fluxo de acesso às vagas. Pediu à SMADS que seja elaborado um documento informando como acessar as vagas e como prosseguir caso não haja vaga no CTA. Apontou a importância da preocupação com inclusão nas reuniões em formato digital dos conselheiros que não têm acesso a tecnologia. Por fim, pontuou a necessidade de posicionamento da SMADS com relação ao documento elaborado pelo Comitê Pop Rua relativo aos desligamentos.

O Sr. Robson Mendonça (RPR) cobrou a SMADS e SMDHC com relação a ineficácia de suas ações no centro da cidade de

São Paulo e questionou a competência para coordenar ainda mais regiões da cidade. Denunciou a coleta de pertences de pessoas em situação de rua pela zeladoria urbana e GCM, assim como denunciou a incoerência das informações divulgadas pela prefeitura ante a realidade dos serviços ofertados.

A Sra. Maria Luiza Burgareli (SMDHC) esclareceu as medidas tomadas para inclusão digital dos conselheiros sem acesso a tecnologia e pontuou a suspensão das medidas ante a fase roxa da emergência por conta da pandemia de coronavírus.

O Sr. Marcos Souza (CAPS AD Guaianases) perguntou sobre o sumiço de agentes que distribuem cartões para o bom prato.

A Sra. Maria Lisabete (SMADS) informou que o plano de metas inclui 9 novos núcleos de convivência, considerando a região norte. Discorreu sobre a dificuldade de acolhimento nos CTAs de pessoas sem autonomia vindas de tratamentos médicos por conta da especificidade do protocolo individual de recuperação. Reiterou a importância e expectativas na futura implantação do Centro Único de Vagas para os CTAs.

O Sr. Anderson Campos cobrou a SMADS relativo a insuficiência de vagas nos CTAs da Capela do Socorro. A Sra. Silvana Kamehama (SMS) reiterou que os dados referentes à vacinação serão disponibilizados após confirmação com a SMADS. Pontua que, com relação ao plano de metas, a ampliação dos Consultórios de Rua ainda não tem local definido por conta do processo de detalhamento dos estudos. A Sra. Girlândia Santana (RecicLázaro) denunciou a inexistência de vagas ILPI e assim como a não previsão de expansão de vagas ILPI no Plano de Metas.

A Sra. Maria Luiza Burgareli (SMDHC) deu início a apresentação da segunda pauta da reunião, referente ao Programa de Metas e suas audiências públicas.

A Sra. Kelseny Medeiros (CDHLG) apontou a pouca especificidade das metas e o pouco tempo disponível para realizar esta importante discussão. Sugeriu o posicionamento formal com as contribuições do Comitê Pop Rua para o Programa de Metas e a solicitação de informações para as secretarias referentes a seus programas para fundamentar as contribuições. A Sra. Maria Luiza Burgareli (SMDHC) reiterou a proposta de criação de um documento de posicionamento do Comitê Pop Rua.

O Sr. Alderon da Costa (Rede Rua) apontou a inexistência de banheiros, bebedouros e lavanderias para população em situação de rua e a insuficiência do único bagageiro existente. A Sra. Maria Luiza Burgareli (SMDHC) sugeriu a continuação das contribuições em reuniões seguintes. A Sra. Júlia Lima sugeriu que a sociedade civil faça contribuições por e-mail e que a coordenação apresente a o material compilado, ao que a sugestão é acatada.O Sr. Jorge Artur apontou a importância de que a revisão do Plano de Metas esteja alinhado com as conferências regionais. Fez comentários sobre as metas referentes a: políticas para criança e adolescente no plano; e a violência da GCM no Programa Recomeço.

A Sra. Regina Manoel (OAF) apresentou sugestões de alteração e especificação da meta 10 referente à locação social, assim como apontou a extrema relevância da inclusão do Serviço de Moradia Social, bem como da abordagem da Moradia Primeiro. A Sra. Júlia Lima fez coro à fala da Sra. Regina. Fez considerações às metas 1, 2 e 14; apontou a importância de incluir a manutenção e expansão de serviços criados ante a pandemia; pontuou a necessidade de criação de política de redução de danos; antecipação do Censo Pop Rua; e criação de ILPIs.

O Sr. Darcy (MNPR) reiterou a importância central da implementação da política de Moradia Primeiro e da educação permanente de profissionais do poder público sobre as políticas e práticas referentes à população em situação de rua.

O Sr. Cleiton Ferreira fez coro à fala do Sr. Alderon (Rede Rua) e pontuou o quão importante é focar na continuidade dos serviços existentes e o questionamento da violência contra a população em situação de rua. Apontou ser necessário lembrar a dificuldade que a população em situação de rua tem com a inclusão social e que a burocracia informatizada não tem criado alternativas para estes grupos. O Sr. Marcos Souza (CAPS AD Guaianases) pontuou a importância dos SATs como estratégia central contra a drogadição e violência.

A Sra. Maria Luiza Burgareli (SMDHC) releu os encaminhamentos e encerrou a reunião.

Encaminhamentos:

1. Perguntar para a SMSUB sobre a limpeza e manutenção das 11 pias em funcionamento.

2. Solicitar a SMADS relatório de vagas

3. Reiterar processo já enviado para SMADS sobre transferência e desligamento

4. Pedir para SMADS estudo dos hotéis e incluir necessidade de incluir população em situação de calçada e/ou idosa.

5. Enviar ofício para SMS pedindo a vacinação também da população em situação de calçada através de consultório na rua e para que seja feito o controle.

6. Reunião Extraordinária 21/04: Conselho Gestor CPD e Programa de Metas

7. Envio de dados sobre vacinação da PopRua por email para o Comitê Pop Rua, com cuidado para separar a vacinação dos CTAs das demais.

8. Envio de ofício para SMDET solicitando orientação de inscrição nos POTs

9. Viabilização de reunião para conselheiros sem acesso a internet.

10. Consolidação de sugestões para o Programa de Metas em documento para a reunião do dia 21/04/2021.

**CÂMARA MUNICIPAL PAG. 161**

**Presidente: Milton Leite**

**GABINETE DO PRESIDENTE**

CÂMARA MUNICIPAL

**SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E**

**REVISÃO - SGP-4**

**88ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**10/11/2021**

**SECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO - SGP-2**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR

**PAUTA DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA 14 DE DEZEMBRO**

**DE 2021, ÀS 15 HORAS**

307 - Discussão e votação únicas do VETO PARCIAL ao PL

445 /2017 , da Vereadora ALINE CARDOSO (PSDB)

Dispõe sobre a criação do polo de ecoturismo da Cantareira e dá outras providências. (DOCREC - 128/2018)

REJEIÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.